



UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



O COCO BABAÇU COMO FONTE DE SUBSISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS DO POVOADO COITÉS NA CIDADE DE PARNARAMA/MA

Eixo Temático 4: Inovação, Criatividade e Gestão para o desenvolvimento

Jaelson da Silva Assunção
Universidade Estadual do Maranhão

João Airton Santos Porto
Universidade Estadual do Maranhão

Rodrigo Braga Fernandes Vieira
Centro Universitário UNINOVAFAPI

Everton Sales da Silva
Universidade da Amazônia

Igor Wagner de Andrade Marques
Universidade da Amazônia

RESUMO:

O presente trabalho trata da importância que o extrativismo do coco babaçu exerce sobre o povoado Coitês na cidade de Parnarama/MA. Buscando pela perspectiva de diversos autores importantes, os principais pontos relacionados à economia de subsistência, importância econômica do extrativismo e aproveitamento do coco babaçu como fonte de renda e de subsistência. Observou-se com o mesmo, que as famílias da comunidade, encontram no extrativismo do babaçu um importante fator de subsistência e ferramenta garantidora de renda, possuindo relevância sobre o estilo de vida das pessoas da comunidade, além de grande potencial econômico para a região.

Palavras-chave: economia de subsistência; extrativismo; coco babaçu; renda familiar.

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da humanidade, o extrativismo foi e é uma forma de exploração encontrada para a sobrevivência dos povos. Porém, a economia extrativista não é apenas

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



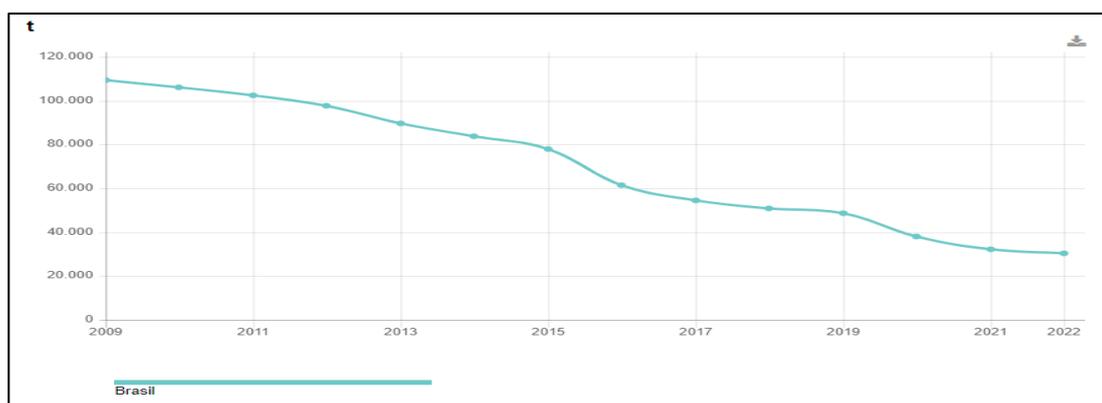
voltada a mineração e a retirada de madeira, possui também a opção de extrair do ambiente as plantas, frutos, entre outros, como é visto nas regiões centro-oeste com o pequi, e na região norte e nordeste com cupuaçu e babaçu.

Segundo May (1990) o fruto produzido pelas palmeiras de babaçu, o coco, é muito apreciado pelas grandes indústrias como fonte de óleo, combustível, sendo utilizado até mesmo para produção de sabonetes e a sua extração mobiliza uma numerosa população rural pobre no Brasil.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a produção nacional da amêndoa do babaçu no período que compreende 2009 a 2022, vem sofrendo significativas quedas. Conforme gráfico 1 abaixo, podemos identificar que a quantidade produzida de babaçu saiu de mais de 100.000 toneladas em 2009 para menos de 40.000 mil toneladas em 2022. O que representou uma queda na arrecadação anual em 2009 de R\$ 121.351 milhões para R\$ 71 milhões em 2022.

As amêndoas de babaçu são obtidas a partir do trabalho das “quebradeiras de coco”, segmento dos mais atuantes dentre os povos e comunidades tradicionais do Brasil. Ao longo das últimas duas décadas, contudo, dados oficiais indicam redução na importância econômica da atividade, com relevantes implicações econômicas, sociais e ambientais (PORRO, 2019, 2021).

Gráfico 1: Quantidade de Babaçu produzida no Brasil (2009 – 2022).



Fonte: IBGE (2022)

Se o extrativismo do coco babaçu contribui para aumento da renda das famílias que vivem na região, significa dizer, que auxilia na subsistência de tal modo que está relacionada à comercialização de produtos derivados como o azeite, o carvão, o sabão, que são utilizados para a venda e própria utilização daquelas famílias.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARA





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Esses produtos derivados do coco babaçu podem ser melhor aproveitados se as famílias que subsistem de o extrativismo implementarem um sistema produtivo mais eficiente, que possibilite maximizar o aproveitamento e exploração do coco babaçu.

Embora essa atividade extrativista possua um potencial econômico muito grande, ela vem sendo utilizada desde os tempos mais antigos para a subsistência dos seres humanos, e ainda hoje é utilizada em comunidades pobres como renda. Nesse contexto, a problemática que norteou a pesquisa foi: o extrativismo do coco babaçu é um fator econômico que pode melhor contribuir para a subsistência das famílias do Povoado Coitéis no município de Parnarama-MA?

No que se refere o motivo pelo qual foi selecionado o referido tema, surgiu da necessidade de conhecer a realidade das famílias do povoado Coitéis na cidade de Parnarama-MA junto ao extrativismo do coco babaçu, buscando assim implementar um sistema produtivo que seja mais eficiente. Dessa forma, a pesquisa se torna relevante por propor ações que poderão propiciar melhores condições de obtenção de renda através do extrativismo do coco babaçu.

O seguinte trabalho teve como objetivo geral identificar as contribuições do extrativismo do coco babaçu na subsistência das famílias do Povoado Coitéis em Parnarama-MA. Para que seja atingido tal objetivo, se faz necessário concretizar os seguintes objetivos específicos: a) analisar essas contribuições, pelo ponto de vista do padrão socioeconômico das famílias; b) caracterizar as dificuldades enfrentadas pelas mesmas e; c) sugerir possíveis melhorias para o desenvolvimento extrativista da comunidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto histórico do Extrativismo no Brasil

Para que seja possível entender o contexto histórico envolvendo o extrativismo no Brasil, se faz necessário definir o conceito do extrativismo em si. Segundo Rueda (1985) o termo extrativismo é utilizado principalmente para designar a atividade de extrair da natureza recursos minerais, animais ou vegetais.

De acordo com Afonso (2021), o extrativismo já se faz presente na vida de muitas pessoas desde os primórdios da humanidade em forma de exploração dos recursos naturais disponíveis, e que surgiram sem o intermédio do trabalho humano.

Conforme postula Drummond (1996, p.117):

O extrativismo - ou uma economia extrativa - é, no sentido mais básico, uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. A

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais são os três exemplos clássicos de atividades extrativas. A combinação dessas três atividades sustentou, com exclusividade, um número insabido de sociedades humanas, talvez por dezenas de milhares de anos, por vezes associadas com diversas formas de agricultura e/ou pecuária itinerantes. Elas só deixaram de ser decisivas - embora sem desaparecer - com o aparecimento da agricultura temperada permanente que a literatura arqueológica e antropológica associa à revolução neolítica ocorrida há apenas alguns milhares de anos. (DRUMMOND, 1996, P.117).

O autor ainda cita que as três tarefas extrativas mais clássicas, no caso a caça, a pesca e a colheita vegetativa, ainda são utilizadas no cotidiano de muitas famílias da sociedade atual, mesmo que hoje já existam outras diversas alternativas de subsistência. Homma (2018) afirma que o extrativismo denomina-se como uma atividade acentuada, com diversos processos, porém não contribui para o desenvolvimento da terra, pois não há a plantação, apenas a extração. Ainda conforme o autor, este tipo de trabalho é feito manualmente, portanto possui um impasse com relação à mecanização dos procedimentos necessários para a realização da atividade. Para autores como Bucker (1985) é adicionado ao conceito de extrativismo a ação de empobrecimento progressivo de determinada região para o enriquecimento de outra, o mesmo utiliza a pecuária como exemplo.

No Brasil se inicia a partir do período colonial com a exploração do “Pau Brasil” (*Paubrasilia echinata*) - que inclusive deu origem ao nome do país - e de minérios, principalmente o ouro por meio de Portugal. Segundo Moreira (2023), com o decorrer dos anos, mas precisamente a partir do século XIX, o extrativismo avançou mais para as regiões Norte e Nordeste, impulsionado principalmente pela exploração da madeira, seringueira, minérios, plantas medicinais, da carnaúba e do babaçu.

Conforme Brito et Na história, outro fator importante para a atividade extrativista do Brasil, foi a criação de áreas de conservação e reservas extrativistas, que dentre as diversas funções, funcionam como uma barreira de proteção de áreas que são fonte de extração de alimentos, sejam eles para consumo ou comercialização das comunidades nativas. A primeira área de conservação do Brasil surgiu em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia pelo então governo de Getúlio Vargas (BARBOSA; MORET, 2015).

Como o foco principal deste trabalho é analisar os aspectos de influência do extrativismo do coco babaçu. Para o atendimento dos objetivos, serão utilizados indicadores que são essenciais para a pesquisa como renda familiar, ferramentas e condições de trabalho e comercialização dos produtos que são derivados da matéria prima.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



2.2 O Extrativismo do babaçu no Maranhão e as Políticas Públicas de Incentivo

A partir do século XIX, de acordo com Barbosa (2013) o ato de extrair o coco babaçu e quebrá-lo juntamente com a agricultura se tornou uma significativa produção para a subsistência de comunidades e famílias maranhenses, mas, conforme a humanidade evoluiu, a quebra de coco assumiu outras utilizações, tanto para consumo, quanto para comércio.

A autora ainda destaca que o babaçu antes de possuir visibilidade comercial era apenas uma forma de suprir as necessidades, após o alcance econômico da fruta na comercialização local e internacional no início do século XX, surgiu interesse nas pessoas com relação à extração do produto, o que antes não era disputado por ser considerado trabalho doméstico por ter a maioria dos trabalhadores mulheres, se tornou uma questão de negócio.

Assim como afirma Ayres Júnior (2007) que o capitalismo motivou o desenvolvimento do babaçu nos negócios, sendo assim, a possibilidade de ganhar lucro com o processo de comercialização do coco estabeleceu o negócio.

Conforme afirmam Carrazza, Silva e Ávila (2012), a palmeira babaçu se faz presente em diversos estados, e é popular entre as comunidades nos locais que o abrangem.

O coco babaçu pode ser utilizado de maneiras diferente, desde o aproveitamento das amêndoas que se encontram na parte mais interna do produto até a parte externa do coco.

Segundo Carrazza, Silva e Ávila (2012), o fruto do babaçu é composto pelo epicarpo que é a camada externa do coco onde ficam as fibras; em seguida se encontra o mesocarpo que é rico em amido e que é utilizado para a alimentação; logo após surge o endocarpo que é mais resistente e por isso é aproveitado para combustível, indústria, entre outros; e por último descobrem-se as amêndoas que assim como as outras partes do produto possuem um vasto aproveitamento.

Como postula Noleto (2012), o fruto da palmeira babaçu possui relevância na sobrevivência das comunidades que praticam a agricultura de subsistência relacionada com a sua extração, e por ser de suma importância para as famílias, se torna uma referência para os esforços direcionados à passagem livre entre os babaçuais, sejam eles em propriedades privadas ou não.

Com isso, o autor afirma que existe a lei do babaçu livre que consiste nesse acesso fácil dos extrativistas aos palmeirais de babaçu, e também resguarda a preservação das palmeiras com a proibição da aplicação de agrotóxicos e quaisquer ações que afetam negativamente o babaçu.

Além disso, o autor confirma que esses aspectos influenciam na organização de meios que auxiliam na consolidação da produção do babaçu, como por exemplo, a criação do PNPSB direcionada para resolver problemas nas cadeias de produções, no caso da

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



palmeira do babaçu, as dificuldades são com relação à utilização da tecnologia a favor do proveito de toda a planta. Para Barbosa (2013):

O processo de trabalho com o babaçu mantém-se em grande parte artesanal. O babaçu tem sido rotineiramente quebrado pelos camponeses de forma manual através do uso do machado e de um pedaço de pau. O coco é quebrado em várias partes até se desprenderem as amêndoas, geralmente comercializadas em pequenos estabelecimentos ou em cantinas e cooperativas de trabalhadores rurais. (...) A exploração do babaçu tem sido caracterizada como um tipo de economia não assalariada, formada também na relação com a natureza, e geralmente tem se configurado como uma extensão do espaço doméstico. (BARBOSA, 2013, P. 14)

Apesar de perdurar a mão de obra manual nas atividades relacionadas à extração do coco por ser usufruído por comunidades, para que ocorra uma melhor valorização do produto são necessários que se utilizem tecnologias que auxiliam nos processos, tornando-os mais fáceis, rápidos e ágeis.

Mas para que isso ocorra é inevitável que aconteça mudanças na forma em que o trabalho é desenvolvido, é importante que haja uma organização para que o sistema produtivo seja eficiente, evitando desperdícios dos frutos, contaminação do produto, melhora na mercadoria final, entre outros.

De acordo o autor Homma (2018) para que ocorra a continuidade da extração de forma geral é necessária à criação de nichos de mercado com o emprego de novas tecnologias a fim de que se aproveite o produto bruto de diversas formas. Ele ainda cita que a economia extrativista é afetada negativamente com a introdução dos produtos verdes no mercado, e até mesmo pelo elevado custo do desenvolvimento das tecnologias necessárias para a geração de novas parcelas de mercado. Com isso, é necessário que haja um auxílio por parte do Governo para com as pessoas envolvidas nesse tipo de economia.

A atividade extrativista não possui políticas públicas específicas direcionadas para a melhoria de sua produção, porém, existem programas e planos nacionais que facilitam o acesso de renda para a potencialização desse negócio. Como exemplos podemos citar O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNSPB) e as leis do “babaçu livre” que embora contenham muitos atributos positivos, elas são objeto de contestações, sobretudo por desconhecimento ou mesmo por ignorância dos proprietários das terras e dos governos federal e estaduais, que insistem em adotar estratégias de desenvolvimento extremamente predatórias e que colocam em risco os diversos grupos sociais na região (NETO, 2107).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2023), O PNSPB foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS em 2009, e tem como objetivo principal o de expandir e estimular as práticas que integram as redes de produtos da sociobiodiversidade.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



O PNPSB, conforme estabelecido na Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21/07/09, tem suas ações focadas em seis eixos: o primeiro é o estímulo para produção e para atividade extrativista sustentável, no qual haverá pesquisas na área, atenção na questão do auxílio técnico na produção da socio biodiversidade, e ações para facilitar o manejo dos produtos; o segundo é a adequação para a indústria, onde ocorrerá um impulso fiscal para a introdução dos produtos no setor industrial, e acesso fácil pelos extrativistas, agricultores familiares, e entre outros, à linhas de crédito.

Já o terceiro é a preparação do mercado para a introdução desses produtos sociobiodiversos, por meio da construção de planos de negócio para esses produtos, análise do nicho certo no qual deve-se inserir as mercadorias e estratégias para a logística dos produtos.

O quarto é a consolidação da estrutura social e operacional; a quinta é uma complementação relacionada a rede de produtos da sociobiodiversidade, em que se realiza o aperfeiçoamento da atuação das mercadorias no mercado; por último há a melhoria de intervenções para o reconhecimento desse produto no nicho escolhido.

Portanto, percebe-se que existem inúmeras formas de valorização do extrativismo, seja de forma apenas para consumo e subsistência, seja para inserir o produto no mercado. Além disso, o extrativismo pode ser feito de diversas maneiras, e cada planta, fruto, madeira, minério são extraídos de forma diferente, e são encontrados em lugares característicos, por exemplo, o coco babaçu de acordo com Noletto (2012) possui a produção que mais caracteriza o extrativismo vegetal no Brasil, ou seja, a extensão de terra que se encontra as palmeiras é grande, e possui uma potência econômica no fruto.

2.3 Extrativismo como fator Econômico de Subsistência

Conforme Viceconti e Neves (2013), a economia é uma ciência que basicamente é voltada para a busca do conhecimento de como se manufatura, como faz girar essa produção e por fim do consumo de bens e serviços para a manutenção da existência humana.

Segundo a ideia dos autores, os mesmos ainda apresentam que a economia pode ser considerada também a ciência que estuda a utilização de recursos naturais insuficientes para realizar o desejo da Sociedade, pois a mesma possui desejos e necessidades infinitas, contrapondo os recursos naturais que são escassos.

Sendo assim, a economia é formada por diversos pontos importantes, e por diversas formas de se entender a produção de uma sociedade, inclusive na questão da economia de subsistência, onde é preciso focar na manutenção da vida humana.

Segundo Delgado (2004), a esfera da subsistência compõe-se de diversas atividades econômicas, como o extrativismo, agricultura de subsistência, entre outros. Ainda conforme postula o autor, essas atividades facilitam para que haja a transformação dos recursos em subsistência, sendo assim, não são comumente utilizados para a manufatura com o intuito financeiro. Apesar da economia de subsistência estar inclinada

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



para a agricultura, e a confecção de produtos por meio de matérias primas retiradas da natureza, há também o extrativismo.

No caso da agricultura de subsistência, há a produção de alimentos e animais, geralmente por meio de agricultura familiar, com o intuito de sobrevivência, ou seja, viver principalmente com o que se planta e cria. Essa produção para o autoconsumo também se converte em renda, principalmente porque reduz as despesas com manutenção alimentar (DESER, 2004).

Já com relação ao extrativismo, os envolvidos normalmente são famílias pertencentes a comunidades pobres que manuseiam o produto a ser extraído como fonte de sobrevivência. O extrativismo é a maneira de produzir bens em que os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, sendo empregada baixa tecnologia quando exercido por populações rurais pobres de áreas “remotas” (DRUMMOND, 1996).

Portanto o extrativismo pertence à economia de subsistência, e é importante para as comunidades que o praticam, pois traz desenvolvimento para a região, permite com que as famílias se unam em prol da manutenção e do cuidado com o ambiente da extração, entre outros.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de trabalho deste artigo consiste essencialmente em uma revisão da literatura através de levantamento bibliográfico e documental, realizado nas plataformas Scielo, em sites, através da internet, artigos propostos para dar sustentação ao tema abordado.

O presente trabalho tem caráter exploratório descritivo, tendo abordagem direta do tema proposto. Nessa perspectiva, o procedimento metodológico foi executado em quatro (4) etapas (figura 2): 1º etapa – Diagnostico inicial; 2º Etapa – Análise dos dados obtidos; 3º etapa – Avaliação e; 4º Etapa – Sugestão de Melhorias. Através de questionários aplicados na população será possível conhecer o padrão socioeconômico das famílias e caracterizar as dificuldades enfrentadas.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ



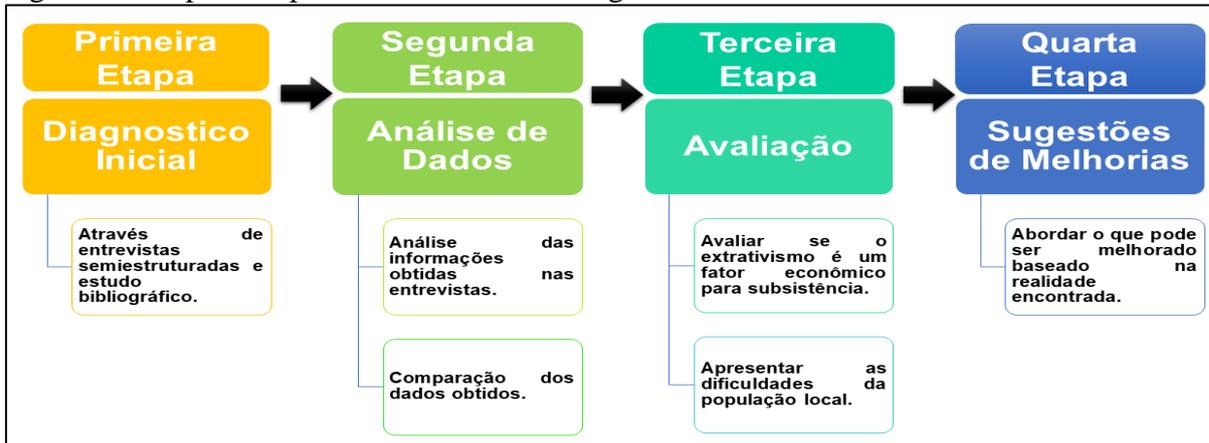


UNAMA
APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Figura 2 – Etapas dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Para que a entrevista e o questionário consigam atender os objetivos, se faz necessário que eles identifiquem os indicadores que são essenciais para a pesquisa, como renda familiar, ferramentas e condições de trabalho e também as condições de comercialização dos produtos derivados.

Informações sobre a composição da renda das famílias que trabalham com o extrativismo do coco babaçu são de suma importância, pois irão possibilitar correlacionar a renda obtida através do recurso e a subsistência das famílias. A entrevista e o questionário foram feitos presencialmente, uma vez que a população alvo da pesquisa não possui livre acesso à internet.

Também foram utilizados dados oriundos de estudos já realizados anteriormente e dados estatísticos de sites especializados (IBGE, Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que permitiram elaborar o questionário e também aprofundamento dos assuntos abordados.

Com base nos dados coletados, foi feita uma análise que possibilitou identificar as formas de organização presentes na comunidade, bem como coletar informações que poderão ser utilizados em estudos posteriores.

3.1 Caracterização da Área de Atuação

O presente trabalho foi realizado no povoado Coités, que fica localizado na zona rural do município de Parnarama, a cerca de 450 km de São Luís no Maranhão e 107 km de Timon (figura 1), ficando nas mediações dos povoados: Bonitão a norte, Cocalinho ao Sul, Tuarí a oeste e Tanque ao leste.

Figura 1. Localização para Povoado Coités no Maranhão.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARA

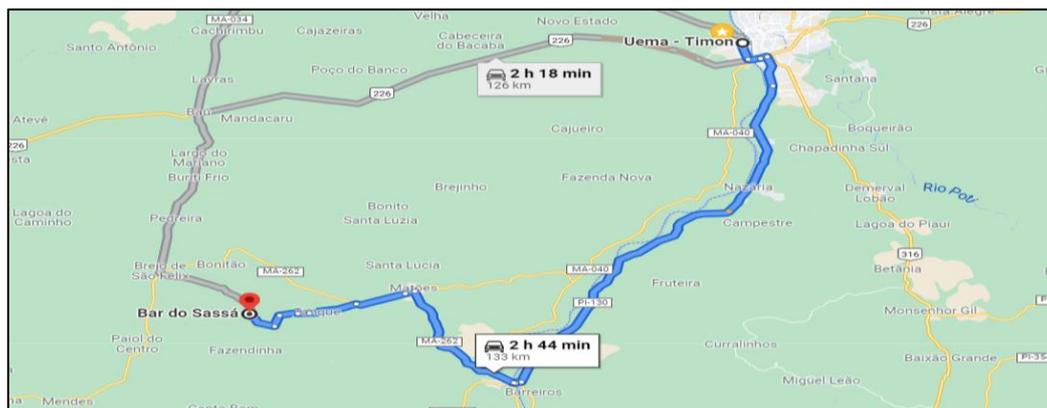




UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Fonte: Google Maps, 2021.

Segundo dados do ultimo censo (IBGE, 2010), a cidade de Parnarama no estado do Maranhão possui uma população de 34.856 habitantes, com uma população estimada em 2021 de 35.108 habitantes, ocupando a 39ª colocação em relação aos municípios mais populosos do estado.

A renda mensal média dos trabalhadores formais do município no ano de 2019 conforme o IBGE era de 1,5 salários-mínimos, sendo que estes representam somente 5,7% em relação ao total da população. Já o percentual de pessoas que recebiam em média uma renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa no ano de 2010, representava 53,2% em relação ao total da população.

Em 2010 o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município era de 0,542 segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, ocupando a 169ª posição em relação aos demais municípios do estado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 31 de agosto e 01 de setembro, foram entrevistados ao todo 25 famílias que praticam o extrativismo do coco babaçu. Com seu consentimento, foram registradas imagens da pratica da quebra e dos processos produtivos de produtos derivados como o azeite e o carvão.

Conforme visto, o extrativismo vem desempenhando desde os primórdios da humanidade papel importante como fator de sustento da vida das pessoas (Delgado, 2004; Afonso, 2021). Com o passar dos anos vários fenômenos tem-se observado, e a visão daqueles que o praticam evoluiu com o incremento de diversas novas perspectivas (May, 1990; Ayres Junior, 2007).

A princípio, constata-se que para mais de dois terços (76%) dos entrevistados a realização da coleta do coco babaçu acontece em terras particulares, a coleta se dá em

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

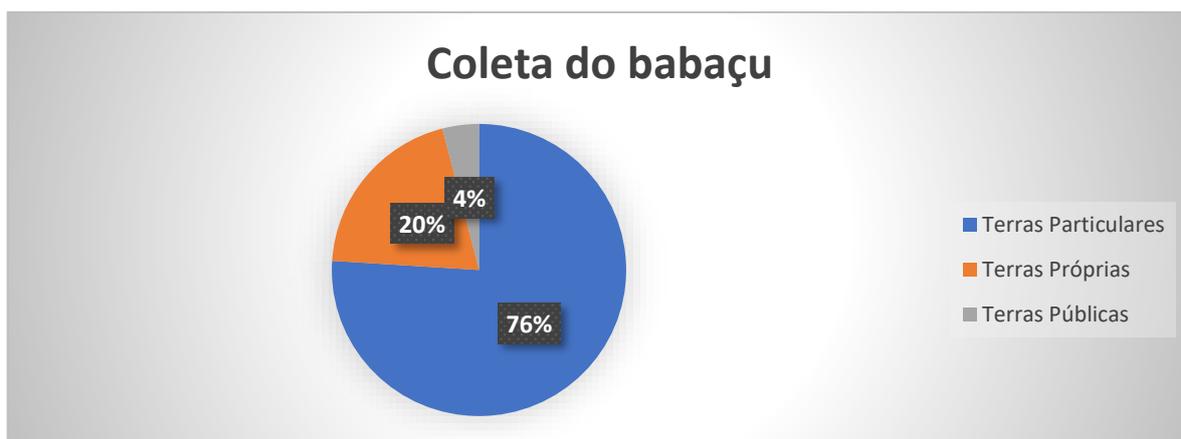
APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



terras dos próprios quebradores em 20% dos casos, enquanto 4% das pessoas coletam o coco em terras públicas como mostra a figura 3.

Figura 3. – Local de coleta do coco babaçu



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

De acordo com a percepção dos extrativistas em relação ao número de babaçuais existentes na região, para 80% houve redução de baixões e locais disponíveis para coleta. Vale ressaltar que houve uma diminuição acentuada no número de babaçuais encontrados em toda a região, causado principalmente pela falta de preservação das matas, e também por elevados investimentos que a região vem recebendo com a chegada de fazendas de soja, indústria do eucalipto, que é acompanhado pela falta de fiscalização dos órgãos ambientais. Quando perguntados se existe

Do número total de entrevistados, 96% eram mulheres, que em geral além de praticarem a extração e quebra do coco, exercem a função de “dona de casa” e cuidam dos filhos, um retrato do perfil familiar das mulheres da comunidade. Segundo os dados coletados, a presença masculina tem diminuído muito nos últimos anos, em razão da chegada de investimentos na plantação de soja, a mão de obra masculina, que antes era usada no extrativismo do babaçu, tem migrado para atividades agrárias relacionadas à cultura da soja.

Tal fenômeno é refletido no nível de satisfação que os atuais quebradores de coco têm em relação à profissão. A pesquisa revelou que o percentual de quebradores insatisfeitos com a prática é de 72%, e revelou ainda que apenas 28% estão satisfeitos com a profissão. Esse nível de insatisfação acontece pelas precárias condições de trabalho, baixa valorização monetária dos produtos derivados.

Para a maioria dos entrevistados (68%), a profissão de quebradeira de coco, é desvalorizada, além de subaproveitada, e justificam esse pensamento pela ausência de incentivos financeiros e recursos tecnológicos para a prática da atividade. Quando

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



perguntados se os mesmos tinham intenção, ou caso surgisse oportunidade para mudar de atividade profissional, 72% respondeu que deixariam a quebra de coco, enquanto 28% estão satisfeitos e não abandonariam o extrativismo.

Economicamente a atividade extrativista tem destaque quando observado em âmbito nacional, o estado do Maranhão é referência na produção e comercialização da amêndoa, sendo responsável por 92,7% da produção nacional (IBGE, 2019). No município de Parnarama representa apenas 6,0% do PIB (IBGE, 2018), demonstrando uma queda de produção quando comparado a anos anteriores, uma tendência nacional, devido principalmente ao processo histórico de desvalorização da mão de obra (Ayres Junior, 2014).

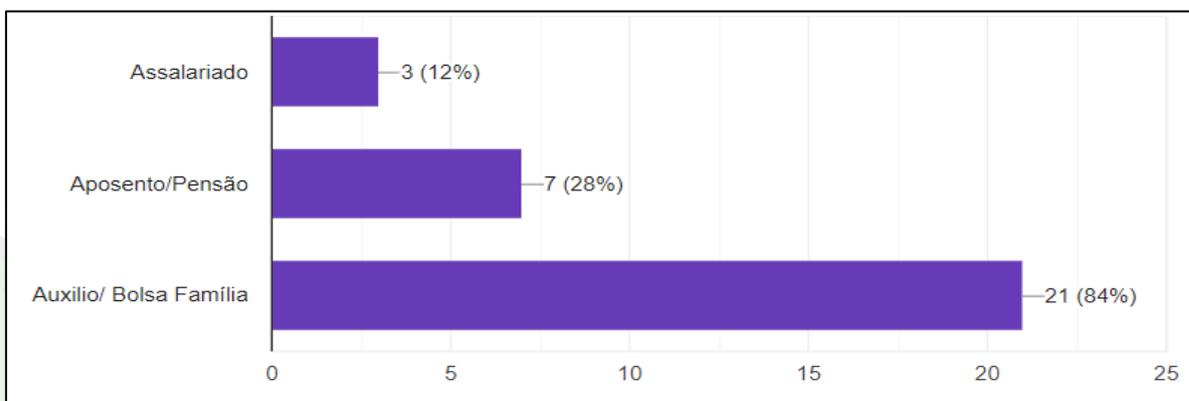
A comunidade extrativa do povoado representada em sua maioria por mulheres com faixa etária entre 30 e 55 anos, realizam tanto a coleta quanto a produção de derivados como carvão, azeite e sabão. Para a 68% dos quebradores o azeite representa o produto derivado do babaçu mais rentável economicamente, pois a diminuição dos babaçuais faz diminuir a oferta, contribuindo para a elevação do preço.

A média do valor do litro de azeite que os produtores comercializam é R\$ 11,75 reais, e a amêndoa, segundo produto mais comercializado na preferência das famílias (28%) é vendido a R\$ 3,00 reais o quilo em média.

Para 72% dos entrevistados o extrativismo do coco babaçu é a principal fonte de renda familiar, tendo como principal complemento para a renda programas de auxílio governamentais, como Bolsa Família e Auxílio Emergencial.

O gráfico (figura 4) a seguir ilustra o percentual de famílias que recebem algum outro tipo de renda, fora a advinda do extrativismo do coco babaçu. Percebe-se que para 84% das famílias, além da renda advinda do coco babaçu, os auxílios governamentais são a principal composição de renda.

Figura 4. – Composição de renda familiar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA

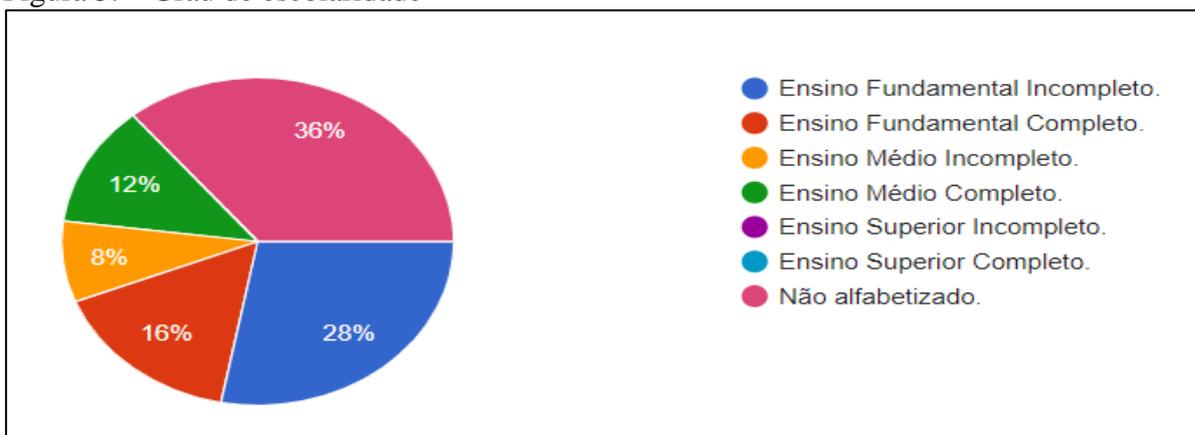


Dos entrevistados 76% possuem filhos, dos quais 64% destes pretendem passar ou já passaram os conhecimentos da quebra de coco para seus filhos. Isso demonstra que embora a prática ainda seja bastante popular, é cada vez menor o desejo de continuar com a profissão, em comparação a outrora.

Como mostra a figura 5, no aspecto da formação educacional, percebe-se que o grau de qualificação da mão de obra extrativa é bastante baixa, cerca de 36% dos entrevistados não é alfabetizado, já aqueles que possuem o ensino fundamental incompleto corresponde a 28%, enquanto 16% concluiu o 1º grau.

Aqueles que não concluíram o ensino médio corresponde a 8% do total, enquanto aqueles que concluíram o ensino médio correspondem a 12%. O percentual de quebradores que ainda estudam é de somente 12%.

Figura 5. – Grau de escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Quanto à renda mensal média obtida por aqueles que praticam o extrativismo, o resultado demonstra que 84% das pessoas obtêm em média até meio salário mínimo com a extração, enquanto aqueles que ganham entre meio salário e mínimo e um salário mínimo corresponde a 12% do total. Ainda tem aqueles que não comercializam a amêndoa e seus produtos derivados, ou seja, produz somente para o consumo, e corresponde a 4%.

Foi questionado, também quais os derivados do coco babaçu cada um produzia, no qual os mesmos poderiam escolher mais de uma opção. O resultado mostrou que o azeite e o carvão eram os derivados mais produzidos com 88% e 84% respectivamente. Logo depois vem o sabão com 40%. No entanto, destes produtos derivados, os únicos que são comercializados são o azeite e o carvão, que juntamente com a amêndoa são aqueles que as famílias utilizam como fonte de renda.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



No povoado Coitês percebe-se que a execução e os meios de trabalho são inteiramente tradicionais, ou seja, utilizam mecanismos manuais para a execução das tarefas, contrapondo os avanços tecnológicos que poderiam facilitá-las.

Sem a remuneração advinda da atividade, essas famílias ficam à mercê dos programas sociais de auxílio disponibilizados pelo Governo Federal, e, portanto, ficam a linha da extrema pobreza, pois além de não possuírem um grau de instrução adequado, não existem outras ofertas de trabalho na região.

Tal realidade se reflete no número de famílias que praticam o extrativismo, atualmente não existe nenhuma estimativa sobre a quantidade de pessoas que praticam a extração do coco no município, na amostra referente a esse trabalho foram percebidas 25 famílias que sobrevivem com proventos vindos da atividade, no entanto o número de famílias é bem maior na região estudada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa de campo, notou-se que os entrevistados demonstraram certo receio em falar sobre os valores que arrecadam e também sobre as dificuldades enfrentadas no acesso as terras particulares. Esse receio é ocasionado pelo medo que essas famílias têm, de que haja algum tipo de retaliação por parte dos donos de terras da região.

Tendo em vista os aspectos abordados no presente trabalho, conclui-se que, embora o coco babaçu venha perdendo força nos últimos anos, o mesmo ainda apresenta grande potencial econômico no cenário local. O próprio desempenha papel importante para o sustento das famílias da comunidade visto que não existem alternativas de trabalho viáveis para a maioria da população. Esse cenário é agravado pelo baixo nível de educação e elevado grau de pobreza das famílias da comunidade.

Nota-se que o coco babaçu é subutilizado, uma vez que as famílias extrativistas desconhecem o real potencial que o coco babaçu pode ter, uma vez que os mesmos só produzem o azeite, carvão e o sabão, desconhecem que com o coco babaçu pode se aproveitar todas as partes como visto no decorrer do trabalho.

A importância do extrativismo para as famílias evidencia-se principalmente quando se analisa a composição da renda familiar da comunidade, onde o extrativismo representa para 72% dos entrevistados a principal fonte de arrecadação familiar. Outra contribuição importante é a utilização domésticas de produtos como o óleo (azeite), carvão e até mesmo o sabão, onde as próprias famílias produzem e utilizam esses derivados domesticamente.

Essas contribuições poderiam ser maximizadas caso o fruto da palmeira do babaçu fosse aproveitado em sua totalidade, porém é notado que isso não ocorre por falta de ferramentas, instrução e incentivos financeiros, que poderiam alterar tal realidade.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Verificou-se também que a comunidade não possui nenhum sistema produtivo que às auxiliem na obtenção de melhorias, a maioria trata a coleta, quebra e fabricação de produtos derivados no aspecto individual, embora exista nos quebradores de coco a vontade de criar um sistema produtivo mais eficiente, seja ele através de associação ou cooperativa.

Esses problemas seriam solucionados caso houvesse um melhor amparo a essas famílias, sejam eles financeiros, ou mesmo de qualificação e instrução. As famílias possuem um imenso desejo de tornar a atividade extrativa da comunidade, em uma força econômica realmente importante para o município e principalmente para a melhor qualidade de vida das mesmas.

Como sugestão de melhoria, a principal necessidade que essas famílias têm é um melhor amparo financeiro e de instrução. Embora exista o PNSPB, o programa não atinge o objetivo proposto na comunidade, a criação de políticas públicas de incentivo a nível municipal é fundamental, a prefeitura poderia buscar juntamente a órgãos como SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) a criação de uma associação ou cooperativa, ministrar palestras e cursos sobre a utilização do coco babaçu para fabricação de produtos que a comunidade não conhece, aquisição de equipamentos e ferramentas tecnológicas que facilitem os processos produtivos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, S. R. **Produtos florestais não madeireiros: do extrativismo vegetal à bioeconomia da floresta.** In: EVANGELISTA, W. V. Produtos florestais não madeireiros: tecnologia, mercado, pesquisas e atualidades. Guarujá, SP: Científica, 2021. p.29-43. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/books/978-65-89826-39-2.pdf>. Acesso em: 03 de set. de 2021.

AYRES JÚNIOR, J. C. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. p.186. 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89908/246851.pdf?sequen ce=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

BARBOSA, V. de O. **Mulheres do babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, p.266. 2013. Disponível em:

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FOMENTO À PESQUISA E INOVAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/183/1/Barbosa%2c%20Viviane-Tese-2013.pdf>.
Acesso em: 05 de set. de 2021.

CARRAZZA, L. R.; SILVA, M. L. da; ÁVILA, J. C. C. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu**. Brasília, DF: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012.

DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução**. In: JACCOUD, L. (Org.) *et al.* **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 19-50. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3234/1/Livro_Questao_Social.pdf#page=19. Acesso em: 26 de ago. de 2021.

DRUMMOND, J. A. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas**. 1996. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/drumon6.htm>. Acesso em: 02 de set. de 2021.

HOMMA, A. K. O. **Colhendo da natureza: o extrativismo vegetal na Amazônia**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, 2009. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/123456789/1024/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 de set. de 2021

NOLETO, R. A Política Nacional da Sociobiodiversidade e a Cadeia do Babaçu. In: CARRAZZA, L. R.; SILVA, M. L. da; ÁVILA, J. C. C. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu**. Brasília, DF: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012. p. 10-11.

SUBSISTÊNCIA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/subsistencia/>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

VICECONTI, P. E. V; NEVES, S. das. **Introdução à economia**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: J., Murrieta y R. P., Rueda. **Reservas Extrativistas**, pp. 3-12. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: UICN, 1985. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=3YblrkAQpS0C&lpg=PA1&ots=xQ6KaX6IxI&dq=extrativismo%20no%20brasil&lr&hl=pt-BR&pg=PP1#v=twopage&q&f=false> GOOGLE, INC. **Google Maps**. Disponível em: <https://url.gratis/EMAmWn>. Acesso em: 31 de ago. de 2021.

MAY, P. H. **Palmeiras em chamas: transformações agrárias e justiça social na zona do babaçu**. São Luís: EMAPA/FINEP/FUNDAÇÃO FORD, 1990. 320.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/parnarama/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 07 de set. de 2021.

IBGE, **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/16/12705>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

MOREIRA, Paulo Italo et al. **Brasil, terra da carnaúba: ciência, política e indústria no processo de comoditização da cera de carnaúba no Nordeste do Brasil, 1900-1970**. 2023. Tese de Doutorado.

BARBOSA, Marcelo Augusto M.; MORET, Artur Souza. **Produção e comercialização da castanha do brasil: economia e disponibilidade financeira (subsistência das famílias residentes em reservas extrativistas)**. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 4, n. 2, p. 413-428, 2015.

NETO, Joaquim Shiraishi. **Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas**. *Veredas do Direito*, v. 14, n. 28, p. 147-166, 2017. Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/perguntasfrequentes.html?catid=17#:~:text=O%20plano%2C%20cuja%20sigla%20%C3%A9,mercados%20e%20aos%20instrumentos%20de>.

Acessado em 20/09/2023.

BRASIL. Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21/07/09. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/portarias/2009/PCT%20Portaria%20Interministerial%20MDA-%20MDS%20e%20MMA%20no%2020239-%20de%202021%20de%20julho%20de%202009.pdf. Acessado em 20/09/2023.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



DESER. Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. Referência de desenvolvimento da agricultura familiar da região Sul/Brasil - construção metodológica de uma matriz produtiva sustentável Projeto rede Brasil de agricultores gestores de referência da agricultura da região Sul do Brasil. Deser, Relatório 2003/2004.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115-137, 1996.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

